



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.386

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 30/05/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 67/2023. Altera o artigo 3º da Lei nº 3.626, de 25/07/2006, que autorizou a doação de área de terreno ao Estado de Minas Gerais, localizado na avenida Nossa Senhora de Fátima, bairro Chiquinho Guimarães, onde está situada a Escola Estadual Antônio Canela. (Referente à Lei nº 5.567, de 06/06/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 16.9      **Posição:** 12      **Número de folhas:** 08

Especie: PL  
Categoria: Medica  
CX: 16.9  
Ordem: 12  
nº 26:06



Nº 65/2023

06.06.2023

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.567, de 06 de junho de 2023

## PROJETO DE LEI Nº 67/2023

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Altera o Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.626, de 25 de julho de 2006.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada dia - 23005/2023
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 - ~~PROVISO EM REGIME DE URGÊNCIA~~
- 4 - ~~Sim Em. 06.06.2023~~
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

31-05



**Município de Montes Claros – MG**  
**Procuradoria-Geral**

**PROJETO DE LEI Nº 67, DE 26 DE MAIO DE 2023.**



**ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.626, DE 25 DE JULHO DE 2006**

Os cidadãos de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O art. 3º, da Lei Municipal de n.º 3.626, de 25 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** – As providências para lavratura e registro da escritura de doação e outras medidas pertinentes ficarão exclusivamente a cargo do donatário.

**Parágrafo único** – Todas as despesas com a regularização da doação autorizada por esta Lei, inclusive emolumentos, certidões e registros, serão de exclusiva responsabilidade do donatário.”

**Art. 2º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 26 de maio de 2023.



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.05.29 09:12:18  
-03'00"

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

ASSINADO DIGITALMENTE  
OTAVIO BATISTA ROCHA MACHADO  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**

Município de Montes Claros - MG  
Procuradoria Geral



PROJETO DE LEI Nº 358, DE 2023

ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 358, DE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E POSTICA

EM 30 DE MAIO DE 2023

PRESIDENTE

Os cidadãos de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovaram o Projeto Municipal nº 358, de 2023, que altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 358, de 2023, e passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - O art. 3º da Lei Municipal nº 358, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - As providências para a realização de eleições municipais, bem como a organização e a realização de eleições municipais, serão de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 155 da Constituição Federal e no art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 1996.

Parágrafo único - Todas as despesas com a realização de eleições municipais, bem como a organização e a realização de eleições municipais, serão de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 155 da Constituição Federal e no art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 1996.

Art. 2º - Fica revogado o art. 3º da Lei Municipal nº 358, de 2023.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 15 de maio de 2023.

Humberto Guimarães Rocha  
Prefeito de Montes Claros

Cláudio Batista Rocha Machado  
Procurador Geral



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 26 de maio de 2023

**Exmo. Sr.**  
**Vereador Martins Lima Filho**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros**  
**Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2023**  
**Assunto: encaminhamento de projeto de lei**

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **ALTERA O ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.626, DE 25 DE JULHO DE 2006.**

Encaminhamos, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que tem por objetivo excluir a limitação temporal para que o Estado de Minas Gerais, através da Escola Estadual Antônio Canela, possa providenciar o recebimento da escritura de doação e regularizar o imóvel doado, onde já funciona o aludido estabelecimento público de ensino.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.05.29 09:12:53  
-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



LEI Nº 3.626, DE 25 DE JULHO DE 2006.

**DESAFETA ÁREA DE TERRENO DE SUA CARACTERÍSTICA INSTITUCIONAL, TRANSFERE-A PARA O PATRIMÔNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO, AUTORIZA DOAÇÃO AO ESTADO DE MINAS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 5.440m<sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados) de propriedade do Município, localizada na Av. Nossa Senhora de Fátima, esquina com a Rua: Dois, Bairro: Chiquinho Guimarães, nesta cidade, contendo os seguintes limites e confrontações:

*“Partindo do alinhamento da Av. Nossa Senhora de Fátima e a Rua Dois, segue limitando com a dita Rua Dois a uma distância de 85,00m; deste, deflete a esquerda e segue limitando com a Organização Não Governamental Caminhos da Solidariedade a uma distância de 64,00m; deste, deflete a esquerda e segue limitando com área de uso institucional do Município de Montes Claros a uma distância de 85,00m até o alinhamento da Av. Nossa Senhora de Fátima; deste, deflete a esquerda e segue pelo alinhamento da dita Avenida a uma distância de 85,00m até o ponto de origem desta descrição.”*

**Parágrafo Único.** A área de terreno ora desafetada de sua característica de uso institucional passará ao patrimônio disponível do Município.

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais, a área de terreno onde se situa a Escola Estadual Antônio Canela.





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



**Art. 3º .** O Estado de Minas Gerais, através da escola Estadual Antônio Canela, fica obrigado a providenciar o recebimento da escritura pública de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

**Parágrafo Único.** As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escrituração do imóvel a ser doado, correrão às expensas da donatária.

**Art. 5º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros, 25 de julho de 2006.

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 67/2023 QUE “Altera o Artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.626, de 25 de julho de 2006” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em questão tem como objetivo alterar o art. 3º acerca do prazo para realização da lavratura definitiva do imóvel.

A iniciativa de Leis que versem sobre o patrimônio público, assim como a alteração de legislação versando sobre o assunto, é do Prefeito Municipal.


Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de maio de 2023.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 67/2023**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.626, de 25 de julho de 2006.**

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/05/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 31/05/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.626, de 25 de julho de 2006, que desafeta área de terreno de sua característica institucional, transfere-a para o patrimônio disponível do Município, autoriza doação ao Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Nos termos da proposição apresentada, a nova redação do art. 3º da Lei Municipal nº 3.631/2016 determina que as providências para lavratura e registro da escritura de doação e outras medidas pertinentes ficarão exclusivamente a cargo do donatário.

O Parágrafo Único do art. 3º da mesma proposição passa a determinar que todas as despesas com a regularização da doação autorizada por esta Lei, inclusive emolumentos, certidões e registros, serão de exclusiva responsabilidade do donatário.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, a alteração promovida objetiva excluir a limitação temporal para que o Estado de Minas Gerais, através da Escola Estadual Antônio Canela, possa providenciar o recebimento da escritura de doação e regularizar o imóvel doado, onde já funciona o aludido estabelecimento público de ensino.

A redação original do art. 3º determina que o Estado de Minas deveria providenciar a regularização do imóvel doado no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da lei.

Analisando a presente propositura, verifica-se tratar de matéria de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, portanto, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 1º de Junho de 2023.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus